

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DE GOSTOSO - 2021

NOTAS EXPLICATIVAS

NÚMERO DE ORDEM	NOTA
1	<p>NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 Todos os registros contábeis do exercício foram executados através de sistema informatizado, fornecido pela empresa TOPDWON. Nota 3. Critérios Contábeis adotados para o Balanço Orçamentário - Anexo 12</p> <p>Nota 3.1 - Aspectos Gerais O Balanço Orçamentário previsto no art. 102 e no anexo 12 da Lei Federal 4.320/64 apresenta as receitas estimadas e as despesas fixadas no orçamento em confronto com as receitas arrecadadas e as despesas executadas, respectivamente. A partir do confronto entre as receitas executadas com as estimadas, é possível avaliar o desempenho da arrecadação no exercício em questão. Quando confrontadas as despesas executadas com as autorizadas, é possível analisar as despesas da administração mediante a autorização legislativa que orientou os gastos e a ação do gestor. O confronto das diferenças entre as receitas previstas e as despesas fixadas, bem como entre as receitas e despesas executadas, permite o conhecimento do resultado orçamentário: superávit (receita maior que despesa) ou déficit (despesa maior que a receita). Nota 3.2 - Critérios de Reconhecimento e Classificação das Receitas Orçamentárias As receitas orçamentárias, cujos valores constam do orçamento, são caracterizadas conforme o artigo 11 da Lei Federal nº 4.320/64 e seguem o regime contábil de caixa, sendo consideradas realizadas quando da sua efetiva arrecadação (art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64). As receitas são apresentadas sem ajuste inflacionário, ou seja, em moeda corrente do ano de realização, expresso em reais. As receitas orçamentárias constantes do Balanço Orçamentário estão apresentadas conforme a classificação econômica (natureza da receita) constante na Portaria STN/SOF nº 163/2001 e atualizações posteriores, detalhadas até a fonte da codificação da natureza da receita orçamentária. As receitas estão listadas no Balanço Orçamentário pelos valores líquidos arrecadados, quando tiverem alguma receita redutora atrelada a sua classificação. As deduções de receita atualmente previstas pela legislação são: Dedução para o FUNDEB, Restituições Diversas, Renúncia de Receita, Isenção e Descontos Concedidos. Nota 3.3 - Critérios de Reconhecimento e Classificação das Despesas Orçamentárias As despesas orçamentárias seguem o regime contábil da competência e a respectiva execução orçamentária prevista no Capítulo III da Lei Federal nº 4.320/64, sendo consideradas realizadas quando do seu empenho (art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64) para efeito orçamentário, e quando da sua liquidação para efeito contábil. As despesas são apresentadas sem ajuste inflacionário, ou seja, em moeda original do ano de realização, expresso em reais. As despesas estão listadas pelos seus valores empenhados, liquidados e pagos no exercício. Nota 3.4 - Balanço orçamentário O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Em sua estrutura se evidencia as receitas e as despesas orçamentárias por categoria econômica, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário no período, tendo sido elaborado de acordo com a estrutura definida do MCASP. As receitas municipais estão compostas pelas seguintes fontes de financiamento: - Receitas Correntes: receitas tributárias: Impostos de competência municipal, tais como: IPTU/Imposto Predial e Território Urbano, IRRF/Imposto de Renda Retido na Fonte, ITBI/Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis e ISSQN/Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza; e taxas de competência municipal, tais como: a concessão de licenças e alvarás; habite-se; licença de vendedores ambulantes; coleta de lixo; taxas de cemitério, etc.; Receitas Patrimoniais: arrecadação originada do gerenciamento do seu patrimônio mobiliário, imobiliário e financeiro, tais como: juros recebidos e aluguéis; Transferências Correntes: arrecadação da prefeitura originada de outras esferas de governo, como União e Estado do Rio Grande do Norte, tais como: FPM, ICMS, IPVA, ITR, FUNDEB, entre outras, bem como receitas voluntárias, isto é, pela livre vontade do repassador (programas e convênios); Outras Receitas Correntes: arrecadação pela prefeitura e não classificáveis nos grupos anteriores, tais como: multas e juros de mora, e indenizações e restituições; - Receitas de Capital: Operações de crédito: são recursos financeiros oriundos da colocação de títulos públicos ou da contratação de empréstimos obtidas junto a entidades públicas ou privadas, internas ou externas; Alienação de Bens: são ingressos financeiros com origem específica na classificação orçamentária da receita proveniente da alienação de bens móveis, imóveis ou intangíveis de propriedade do ente público; Transferências de Capital: são recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado e destinados para atender despesas em investimentos ou inversões financeiras, a fim de satisfazer finalidade pública específica; sem corresponder, entretanto, a contraprestação direta ao ente transferidor; Outras receitas de capital: são classificadas nessa origem as receitas de capital que não atendem às especificações anteriores. Enquadram-se nessa classificação a integralização de capital social, a remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional, resgate de títulos do Tesouro, entre outras. As despesas municipais se originam dos registros da classificação da despesa orçamentária e são efetuados por meio de rotinas específicas no sistema informatizado adotado pelo ente, sendo registradas no momento de seu empenho, obedecendo ao regime de competência. As despesas registradas nas "contas de governo" em questão se dão através das despesas empenhadas, que são aquelas que foram autorizadas pelo ordenador de despesas, e nem sempre houve o registro da sua liquidação e pagamento. Nas despesas realizadas encontramos a figura do Restos a Pagar, que são divididos em processados (liquidados) e não processados (não liquidados), cuja diferença se refere ao recebimento ou não, pelo ente público, do material adquirido ou serviço contratado. Até 31 de dezembro de 2020, se há despesas empenhadas e não pagas, essas são inscritas em Restos a Pagar, em atendimento aos artigos 35 e 36 da Lei nº 4.320/1964. Nota 3.4.1 - Análise do Resultado Apurado O total das despesas fixadas para o período (orçamento original) foi de R\$ 40.316.964,00 (quarenta milhões trezentos e dezesseis mil, novecentos e sessenta e quatro reais). De forma que, com a abertura de créditos adicionais e especiais finalizou o ano com valores empenhados na importância de R\$ 53.779.668,95 (cinquenta e três milhões, setecentos e setenta e nove mil, seiscentos e sessenta e oito reais e noventa e cinco centavos), tendo um acréscimo no valor total do orçamento de dotações no valor de R\$ 13.979.043,84 (treze milhões, novecentos e setenta e nove mil, quarenta e três reais e oitenta e quatro centavos), que representa um gasto a mais de 32,27% do total de créditos que o orçamento da despesa atingiu. O total de receitas previstas para o período (orçamento original) foi de 40.316.964,00 (quarenta milhões trezentos e dezesseis mil, novecentos e sessenta e quatro reais). A arrecadação atingiu a importância de R\$ 53.382.010,33 (cinquenta e três milhões, trezentos e oitenta e dois mil, dez reais e trinta e três centavos), contando com um superávit de arrecadação de R\$ 13.065.046,33 (treze milhões, sessenta e cinco mil, quarenta e seis reais e trinta e três centavos), o que representa 32,40% da receita prevista atualizada.</p>
2	<p>Nota 4 - Critérios Contábeis adotados para o Balanço Financeiro - Anexo 13</p> <p>Nota 4.1 - Aspectos Gerais O Balanço Financeiro previsto no art. 103 e no anexo 13 da Lei Federal 4.320/64 demonstra as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza Extra Orçamentária, conjugados com os saldos em espécie proveniente do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte, sendo que os Restos a Pagar do exercício são computados na receita extra orçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária. A análise do Balanço Financeiro permite verificar todos os valores que interferiram de alguma forma no resultado financeiro do exercício, visto que este deve listar todos os ingressos e saídas financeiras executadas no período. Nota 4.2 - Critérios de Reconhecimento e Classificação das Receitas e Despesas Orçamentárias No Balanço Financeiro, as receitas e as despesas orçamentárias estão elencadas por sua fonte/destinação de recurso. As receitas são reconhecidas pelo regime de caixa e as despesas são reconhecidas de acordo com o seu empenhamento, ou seja, antes mesmo do fato gerador da despesa ter ocorrido, conforme art. 60 da Lei Federal nº 4.320/64. De forma que, as despesas empenhadas e não pagas, reconhecidas como restos a pagar, são acrescidas do lado dos "Ingressos" como "Recebimentos Extra Orçamentários", conforme parágrafo único do art. 103 da Lei Federal nº 4.320/64. Nota 4.3 - Critérios de Reconhecimento e Classificação dos Recebimentos Extra Orçamentários As contas listadas como Recebimentos Extra Orçamentários são todas aquelas cujos valores transitaram positivamente em contas do sistema financeiro. Consideram-se ainda os valores inscritos em restos a pagar, que por força do parágrafo único do artigo 103 da Lei Federal 4.320/64 compõem esse grupo para fazer contrapartida aos valores empenhados na despesa orçamentária e não pagos. Nesse grupo são evidenciados os ingressos não previstos no orçamento, que serão restituídos em época própria, por decisão administrativa ou sentença judicial. A seguir, o departamento de contabilidade listou o significado dos principais grupos de contas apresentados como Recebimentos Extra Orçamentários: . Restos a pagar (Inscritos no Período) - Representam todos os valores inscritos em restos a pagar no final do exercício de 2021, processados ou não processados a pagar; . Receita Extra - Orçamentários - Representam os ingressos de recursos que se constituem obrigações, relativas a consignações em folha, fianças, cauções, etc. Nota 4.4 - Critérios de Reconhecimento e Classificação dos Pagamentos Extra Orçamentários As contas listadas no grupo de Pagamentos Extra orçamentárias são todas aquelas cujos valores transitaram negativamente em contas do sistema financeiro. Nesse grupo são evidenciados os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, como: . Restos a pagar (Pagamentos no Período) - Representam todos os valores pagos de restos a pagar durante o exercício de 2021; . Despesas Extra Orçamentárias - Representam o pagamento de todos os ingressos extras orçamentárias, como o pagamento das consignações em folha, devolução de fianças, cauções, etc. INGRESSOS Receita Orçamentária (I) 53.382.010,33 41.444.017,75 Ordinária 19.546.936,64 20.284.195,93 Vinculada 33.835.073,69 21.159.821,82 Recursos Vinculados à Educação 22.046.581,63 11.969.316,82 Recursos Vinculados à Saúde 8.139.018,90 7.720.138,47 Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS 0,00 0,00 Recursos Vinculados à Previdência Social - RGPS 0,00 0,00 Recursos Vinculados à Assistência Social 253.422,03 391.953,85 Outras Destinações de Recursos 3.396.051,13 1.078.412,68 Transferências Financeiras Recebidas (II) 1.990.863,11 1.977.269,44 Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária 1.990.863,11 1.977.269,44 Transferências Financeiras Recebidas Independentes de Execução 0,00 0,00 Orçamentária Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS 0,00 0,00 Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o Sistema de 0,00 0,00 Pagamento de Pensões Militares Recebimentos Extraorçamentários (III) 6.827.717,05 5.261.779,44 Inscrição de Restos a Pagar Não Processados 461.119,50 503.735,33 Inscrição de Restos a Pagar Processados 779.882,62 92.946,99 Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados 5.586.714,93 4.658.091,41 Outros Recebimentos Extraorçamentários 0,00 7.005,71 Saldo do Exercício Anterior (IV) 2.642.598,04 2.296.742,55 Caixa e Equivalentes de Caixa 2.642.598,04 2.296.742,55 Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados 0,00 0,00 TOTAL (V) = (I+II+III+IV) 64.843.188,53 50.979.809,18 Despesa Orçamentária (VI) 53.779.668,95 41.484.582,39 Ordinária 24.549.175,19 16.640.589,26 Vinculada 29.230.493,76 24.843.993,13 Recursos Destinados à Educação 16.101.165,86 13.507.976,60 Recursos Destinados à Saúde 11.783.572,37 10.683.259,61 Recursos Destinado a Previdência Social - RPPS 0,00 0,00 Recursos Destinado a Assistência Social - RGPS 0,00 0,00 Recursos Destinado a Assistência Social 462.302,52 454.133,41 Outras Destinações de Recursos 883.453,01 198.623,51 Transferências Financeiras Concedidas (VII) 1.989.588,09 1.977.269,44 Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária 1.989.588,09 1.977.269,44 Transferências Financeiras Concedidas Independentes de Execução 0,00 0,00 Orçamentária Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS 0,00 0,00 Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS 0,00 0,00 Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o Sistema de 0,00 0,00 pagamento de Pensões Militares Pagamentos Extraorçamentários (VIII) 3.880.319,04 4.875.359,31 Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados 468.940,00 9.730,00 Pagamentos de Restos a Pagar Processados 64.588,62 189.963,80 Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados 3.346.790,42 4.669.788,57 Outros Pagamentos Extraorçamentários 0,00 5.876,94 Saldo para o Exercício Seguinte (IX) 5.193.612,45 2.642.598,04 Caixa e Equivalentes de Caixa 5.193.612,45 2.642.598,04 Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados 0,00 0,00 TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX) 64.843.188,53 50.979.809,18</p>
3	<p>Nota 5 - Critérios Contábeis adotados para o Balanço Patrimonial - Anexo 14</p> <p>Nota 5.1 - Aspectos Gerais O Balanço Patrimonial é um demonstrativo que está previsto no artigo 104 e no Anexo 14 da Lei Federal 4.320/64. É a demonstração contábil que evidências, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação. Pode-se utilizar as seguintes definições para analisar o Balanço Patrimonial: . Ativo - são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços e estão composto das seguintes contas: Caixa e Equivalentes de Caixa: São representados por disponibilidade em moeda nacional, valores depositados em instituições financeiras integrantes do sistema bancário brasileiro, na seguinte composição. Disponibilidade Financeira em 31.12.2021: Saldo em Caixa e Bancos R\$ 5.193.612,45 Créditos a curto prazo R\$ 135.975,76 dívida ativa tributária 11.150.496,80 dívida ativa não tributária 28.492,32 investimentos e aplicações temporárias a longo prazo 375.204,10 bens móveis 9.496.882,49 bens imóveis 24.122.161,24 TOTAL ATIVO 50.502.825,16 . Passivo - são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços. obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a 487.338,19 fornecedores e contas a pagar a curto prazo 303.560,03 demais obrigações a curto prazo 4.262.674,25 obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a 8.273.063,99 fornecedores e contas a pagar a longo prazo 2.493.405,65 total passivo não circulante 10.766.469,64 . patrimônio líquido - é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos. resultados acumulados 34.680.454,28 resultado do exercício 4.298.962,20 resultado de exercícios anteriores 30.381.492,08 ajustes de exercícios anteriores 2.328,77 total patrimônio líquido 34.682.783,05 . Contas de Compensação - compreendem os atos que possam vir a afetar o patrimônio. Nota 5.2 - Critérios Contábeis de Mensuração dos Ativos Os ativos estão segregados em "circulante" e "não circulante", com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade. Os ativos estão classificados como circulantes quando satisfazem a um dos seguintes critérios: . Estão disponíveis para realização imediata; . Têm a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais ativos estão classificados como não circulantes. Já a Lei nº 4.320/64, em seu artigo 105, confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial, separando os ativos em dois grandes grupos, em função da sua dependência ou não de autorização orçamentária para realização, sendo eles: . Ativo Financeiro - O ativo financeiro está demonstrado pelo seu valor de realização. Das contas que compõem o ativo financeiro, nenhuma foi atualizada a valor presente e nem monetariamente, constando de seus valores originais. . Ativo Permanente - Os bens do ativo permanente estão demonstrados ao custo de aquisição, sem correção monetária e sem dedução da depreciação, que não foi adotada para o balanço de 2021. Durante o exercício de 2021 foram incorporados ao patrimônio diversos bens móveis e imóveis, empenhadas nas naturezas 4.4.90.51 - Obras e instalações, 4.4.90.52 - Equipamentos e Material e Permanente, cujo montante deu-se no valor de R\$ 1.562.359,31(um milhão e quinhentos e sessenta e dois mil, trezentos e cinquenta e nove reais e trinta e um centavos) 1.213.666,08 (um milhão e duzentos e treze mil, seiscentos e sessenta e seis reais e oito centavos) respectivamente. Estão evidenciados no relatório anual a relação dos elementos que compõem o Ativo Permanente, evidenciando as imobilizações, incorporações, baixas e alienações. Nota 5.3 - Critérios Contábeis de Mensuração dos Passivos Os passivos estão segregados em "circulante" e "não circulante", com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade. Os passivos classificados como circulantes correspondem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais passivos estão classificados como não circulantes. Já a Lei nº 4.320/64, em seu artigo 105, confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial, separando os passivos em dois grandes grupos, em função da sua dependência ou não de autorização orçamentária para realização, sendo eles: . Passivo Financeiro - O passivo financeiro da entidade está demonstrado ao custo de aquisição ou realização, referem-se aos restos a pagar e aos depósitos e consignações, ou seja, à Dívida Flutuante da entidade. . Passivo Permanente - O passivo permanente está representado pelas dívidas de longo prazo contraídas pela entidade, conforme o Anexo 16 - Dívida Fundada, bem como pela provisão de férias a pagar. Nota 5.4 - Análise do Balanço Patrimonial Comparativo do Balanço Patrimonial apurado em 2013 com o do exercício anterior O valor do ativo total da entidade no exercício de 2021 foi de R\$ 50.502.825,16 (cinquenta milhões e quinhentos e dois mil, oitocentos e vinte e cinco reais e dezesseis centavos), separados em dois grupos: ativo financeiro e ativo permanente. Conforme MCASP os Bens Móveis são classificados em: a) Bens de uso especial: compreendem os bens, tais como edifícios ou terrenos, destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual ou municipal, inclusive os de suas autarquias e fundações públicas, como imóveis residenciais, terrenos, glebas, aquedatamento, aeroportos, açudes, fazendas, museus, hospitais, hotéis dentre outros. b) Bens dominiais: compreendem os bens que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades. Compreende ainda, não dispondo a lei em contrário, os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado, como apartamentos, armazéns, casas, glebas, terrenos, lojas, bens destinados a reforma agrária, bens imóveis a alienar</p>
4	<p>DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS O demonstrativo evidenciará as alterações verificadas no patrimônio da entidade, resultantes ou independente da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício, que foi apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas. Foi elaborado de acordo com a estrutura definida no MCASP. 7.1 - Variações Patrimoniais Quantitativas Aumentativas A seguir, algumas considerações sobre a composição das Variações Patrimoniais Aumentativas, sendo: - Impostos, Taxas e Contribuições de</p>

	<p>Melhoria: compreende toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada; - Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos: compreende as variações patrimoniais auferidas com a venda de bens, serviços e direitos, que resultem em aumento do patrimônio líquido, independentemente de ingresso, incluindo-se a venda bruta e deduzindo-se as devoluções, abatimentos e descontos comerciais concedidos; - Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras: representa o somatório das Variações patrimoniais aumentativas com operações financeiras; - Transferências e Delegações Recebidas: compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais; - Valorização e Ganhos com Ativos: compreende a variação patrimonial aumentativa com reavaliação e ganhos de ativos; - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas: compreende o somatório das demais Variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores. 7.2 - Variações Patrimoniais Quantitativas Diminutivas A seguir, algumas considerações sobre a composição das Variações Patrimoniais Diminutivas, sendo: - Pessoal e Encargos: além dos registros das despesas executadas com a remuneração do pessoal ativo da entidade e os encargos patronais, neste grupo temos o registro patrimonial das obrigações com provisão de 13º salário e férias, e seus respectivos encargos patronais, que são registrados mensalmente mediante informações encaminhadas pelo setor de pessoal; - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo: representa o somatório das Variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação do ente público. Compreende: diárias, material de consumo, depreciação, amortização etc; - Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras: compreende as variações patrimoniais diminutivas com operações financeiras, tais como: juros incorridos, descontos concedidos, comissões, despesas bancárias e correções monetárias; - Transferências e Delegações Concedidas: compreendem o somatório das variações Patrimoniais diminutivas com transferências intragovernamentais (câmara municipal), instituições privadas sem fins lucrativos; - Desvalorização e Perdas de Ativos: compreendem a variação patrimonial diminutiva com desvalorização e perdas de ativos, com redução a valor recuperável, perdas com alienação e perdas involuntárias; - Tributárias: compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas ao pagamento de despesa com o PASEP; - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas: compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores. 7.3 - Variações Patrimoniais Qualitativas As Incorporações de Ativo se referem ao saldo total de aquisições de itens do imobilizados, referentes a bens móveis e imóveis contabilizados como despesa de capital no grupo 4.4.00.00- Investimentos. 7.4 - Resultado das Variações Patrimoniais O resultado econômico apurado no exercício entre as variações aumentativas e diminutivas apresentaram resultado patrimonial no valor de R\$ 4.298.962,20, devidamente registrado ao patrimônio líquido da entidade</p>
5	<p>8 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA/DFC Ela foi elaborada pelo método direto e evidenciam as alterações de caixa e equivalentes de caixa verificadas no exercício de referência, classificadas nos seguintes fluxos, de acordo com as atividades da entidade: operacionais, de investimento e de financiamento. A soma dos fluxos deverá corresponder à diferença entre os saldos iniciais e finais de caixa e equivalentes de caixa do exercício de referência. Foi elaborado de acordo com a estrutura definida do MCASP. 8.1 - Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais Compreendem os ingressos representam à arrecadação de receitas correntes pela entidade, bem como as transferências de recursos correntes no decorrer do exercício, excluídas as referidas deduções. As receitas extra-orçamentárias estão incluídas no item outros ingressos operacionais. Os desembolsos representam as despesas orçamentárias pagas no exercício, bem como pagamento de restos a pagar de exercícios anteriores. Os repasses de recursos à Câmara Municipal estão incluídos na conta de Transferências Concedidas Intragovernamentais. As despesas extraorçamentárias estão incluídas no item outros desembolsos operacionais . 8.2 - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento Compreendem as despesas referentes à aquisição de ativos não circulantes, tais como as obras e instalações realizadas, aquisição de equipamentos e material permanente, pela entidade, e representaram o importe de R\$ -2.734.850,30. 8.3 - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento As atividades de financiamento compreendem as transferências de capital recebidas pela entidade dos governos estadual e federal, bem como o desembolso de despesas com amortização da dívida de parcelamentos já elencados nas notas do balanço patrimonial, e representaram o importe de R\$ 7.215.252,17. 8.4 - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa O resultado da soma das atividades operacionais de investimento e de financiamento apresentou, de forma acumulada, o valor de R\$ 5.193.612,45, correspondente à diferença entre os saldos iniciais e finais de caixa e equivalentes de caixa do exercício de referência.</p>